

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto:** Aquisição de itens alimentícios para composição de Cesta Natalina para Município de Tarumã/SP.

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

#### 1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de itens alimentícios para composição de Cesta Natalina para Município de Tarumã/SP, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Com base nas experiências anteriores do município, o quantitativo estimado de 1.237 cestas natalinas foi calculado com base em um levantamento realizado pela Secretaria solicitante, considerando o quadro de funcionários para o ano de 2024.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição
1	1.237	UN	CESTA NATALINA

Composição de cada Cesta Natalina:

Lote Único	Item	Descrição	Unid	Qtde
01	01	AMENDOIM DO TIPO JAPONES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180G	un	1
	02	AZEITONA VERDE FATIADA, EM CONSERVA. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA TRANSPARENTE DE NO MÍNIMO 120 GR. DATA DE FABRICAÇÃO (NA EMBALAGEM), MÁXIMA DE 1 ANO OU VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO. CONSTAR NA EMBALAGEM, NOME, ENDEREÇO E CNPJ DA EMPRESA INVASADORA E OU DISTRIBUIDORA.	un	1
	03	BATATA PALHA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE NO MÍNIMO 200 GRAMAS, COR DOURADA, TEXTURA CROCANTE, SABOR E CHEIRO TIPO CARACTERÍSTICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES	un	1
	04	BISCOITO DOCE WAFER CROCANTE COM RECHEIO E COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE, EMBALADOS INTERNAMENTE INDIVIDUALMENTE, EMBALAGEM EXTERNA (CAIXA) MÍNIMA DE 100G.	un	1
	05	BISCOITO DOCE WAFER CROCANTE COM RECHEIO E COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE, EMBALADOS INTERNAMENTE INDIVIDUALMENTE, EMBALAGEM EXTERNA (CAIXA) MÍNIMA DE 100G.	un	1
	06	BISCOITO DOCE DE AMIDO DE MILHO, TIPO MAISENA,	un	1

		EMBALAGEM MÍNIMO 330G. DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA.		
	07	BISCOITO DOCE DE CHOCOLATE, COM RECHEIO DE CHOCOLATE AO LEITE, DE BOA QUALIDADE, FORMATO QUADRADO. EMBALAGEM 140GR. CONSTANDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE CLASSIFICAÇÃO E A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE E A DATA DA FABRICAÇÃO VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	un	1
	08	BOMBONS DE CHOCOLATE RECHEADOS TIPO ESPECIALIDADES OU FAVORITOS, EMBALAGEM CAIXA COM NO MÍNIMO 250G	un	1
	09	CREME DE LEITE UHT, EMBALAGEM DE 200G, TETRA PACK, COM NO MÁXIMO 20% DE GORDURA E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 120 DIAS.	un	1
	10	DOCE DE LEITE; SIMPLES; EM PASTA; COMPOSTO DE LEITE, AÇÚCAR E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS; APRESENTANDO CONSISTÊNCIA PASTOSA, COR CASTANHO CARAMELADO E SABOR DOCE CARACTERÍSTICO; ISENTO DE SABORES E ODORES ESTRANHOS; EMBALAGEM PRIMARIA APROPRIADA, LACRADA; EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELÃO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 9 MESES NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 354/97 (MAPA), RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA, POTE DE 400G	un	1
	11	ERVILHA VERDE EM CONSERVA; SIMPLES; INTEIRA; IMERSO EM LIQUIDO; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ACONDICIONADO EM SACHE OU LATA COM NO MÍNIMO 170 GRAMAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 16 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-31 (DECRETO 12.486, DE 20/10/78 )	un	1
	12	FAROFA DE MANDIOCA PRONTA (TEMPERADA) TRADICIONAL, EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 500G. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO	un	1

13	LEITE CONDENSADO; COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL OU SEMIDESNATADO, AÇÚCAR E LACTOSE (TRADICIONAL); DE CONSISTÊNCIA CREMOSA E TEXTURA HOMOGÊNEA; VALIDADE MÍNIMA 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 395G	un	1
14	MACARRÃO SÊMOLA OU SEMOLADO, TIPO PARAFUSO. PACOTE COM 500GR. O PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E DE PARASITOS. SERÁ PERMITIDO O ENRIQUECIMENTO DO PRODUTO COM VITAMINAS E MINERAIS. O MACARRÃO AO SER COLOCADO EM ÁGUA NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO E NÃO PODERÁ APRESENTAR-SE FERMENTADO OU RANÇOSO.	un	1
15	MAIONESE, EMBALAGEM DE 250GR, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVOS PASTEURIZADOS, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇÚCAR, SAL, SUCO DE LIMÃO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, SEQUESTRANTE EDTA, CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE PÁPRICA, AROMATIZANTE E ANTIOXIDANTES ÁCIDO CÍTRICO, BHT E BHA. NÃO CONTÉM GLÚTEN	un	1
16	MASSA PARA LASANHA 500GR: - TIPO SECA PRÉ-COZIDA, FORMATO LASANHA, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, OVOS, ÁGUA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES, ARTIFICIAIS, SUJIDADES, PARASITAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA 13%. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. - ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO COM 500GR.	un	1
17	MILHO VERDE EM CONSERVA; SIMPLES; GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE SACHE OU LATA NO MÍNIMO DE 170GR, COM VALIDADE MINIMA DE 16 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-31 ( DECRETO 12486, DE 20/10/78 )	un	1
18	MOLHO DE TOMATE; DE BOA QUALIDADE, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO (EMBALAGENS MÍNIMO DE 300G)	un	2
19	PAÇOCA ROLHA; DOCE DE AMENDOIM (COMPOSTO DE AMENDOIM MOÍDO, AÇÚCAR, FARINHA DE MANDIOCA E SAL, PRENSADOS; ACONDICIONADA EM POTES DE NO	un	1

	MÍNIMO 120G)		
20	PANETONE, COM GOTAS DE CHOCOLATE; COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR; GORDURA VEGETAL, OVOS, LEITE, MANTEIGA, SAL, EMULSIFICANTES, CONSERVADORES E CORANTES; COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES NA DATA DA ENTREGA; EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA HERMETICAMENTE FECHADA E ATOXICA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	un	1
21	SELETA, CONTENDO ERVILHA, BATATA E CENOURA EM CONSERVA; SIMPLES; GRÃOS INTEIROS; IMERSO EM LIQUIDO; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ACONDICIONADO EM SACHE OU LATA DE NO MÍNIMO 170 GRAMAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 16 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA-31 (DECRETO 12.486, DE 20/10/78 )	un	1
22	REFRIGERANTE SABOR COLA, EM EMBALAGEM PET DE 2L	un	1
23	REFRIGERANTE SABOR GUARANÁ, EM EMBALAGEM PET DE 2L	un	1
24	UVA-PASSA DESIDRATADA, BRANCA, SEM SEMENTE, LIVRE DE FUNGOS; EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA E ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, EMBALAGEM COM 200G	un	1
25	KIT DE CARNES CEIA NATAL CONTENDO 3 KG DE COSTELA MINGA (PEDAÇO ÚNICO); PERNIL SUÍNO COM OSSO COM PELE 2 KG (PEDAÇO ÚNICO) - RESFRIADAS; TRANSPORTADAS E CONSERVADAS EM TEMPERATURA ENTRE 0 E 7°; COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS; DEVENDO APRESENTAR-SE LIVRE DE CARTILAGENS, HEMATOMAS, COÁGULOS; PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERAR OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇÃO; EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE E DEVIDAMENTE FECHADA; COM VALIDADE MÍNIMA DE 8 DIAS NA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL 8208/92, DECRETO 12.486/78, CVS 05/13, INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/05, RESOLUÇÃO 01/03(MAPA); PORTARIA 304/96, RDC 12/01, RDC 259/02 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; PRODUTO SUJEITO A	kg	3

		VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA.		
	26	EMBALAGEM (CAIXA PAPELÃO)	un	1

1.1.2. Não será permitida a entrega de itens com embalagens “fabricadas” que não conste rótulo contendo data de validade, peso e procedência.

1.1.3. O custo referente ao transporte das cestas e conservação dos kits carne serão de responsabilidade do Contratado.

1.1.4. Para o atendimento da necessidade de contratação, estima-se que uma empresa tenha disponibilidade para a entrega de todos itens alimentícios, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é 31/12/2024, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser estendido mediante acordo entre as partes, desde que mantida as mesmas condições.

## 1.3. Natureza do objeto

1.3.1. Contratação de empresa para Fornecimento de Gêneros Alimentícios.

1.3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, catalogado como item de natureza alimentícia, com características e especificações usuais de mercado.

1.3.3. O custo estimado total da contratação será definido após a cotação realizada pelo setor de contratações, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021)

1.3.4. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

3.1. A solução compreende a aquisição de cestas natalinas com distribuição de kits de carne refrigerada para os colaboradores da Prefeitura Municipal de Tarumã, com o objetivo de proporcionar itens de qualidade para as comemorações de fim de ano.

3.2. A entrega das cestas será realizada diretamente em cada Unidade Básica Gerencial (UBG), nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 2024, 08h00, de acordo com o cronograma a ser divulgado oportunamente à empresa Contratada, em locais dentro do município a serem informados pela Prefeitura Municipal de Tarumã (nas respectivas Secretarias e UGB's Municipais), estando todas as cestas natalinas devidamente embaladas em caixas individuais com alça, contendo dentro de cada uma todos os itens pormenorizadamente.

3.3. O kit de carne refrigerado, por sua vez, deverá ser 100% retirado pelo colaborador no próprio estabelecimento da empresa fornecedora, entre os dias 18 a 31 de dezembro de 2024, permitindo a entrega em condições ideais de conservação.

Cada UBG registrará o recebimento das cestas e reportará à fiscalização qualquer inconformidade.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)**

4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

4.2. **As empresas participantes do certame deverão enviar amostras dos itens para análise e avaliação.**

4.3. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, bem como aos dispostos na Lei nº 14.133/2021, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.4. Fornecer os serviços necessários e executá-los de acordo com as especificações técnicas constantes do memorial descritivo e proposta, bem como demais condições contratualmente avençadas, e ainda as constantes do edital de licitação;

4.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e tributárias decorrentes da execução do presente contrato;

4.7. Manter preposto na coordenação e responsabilidade técnica dos serviços, objeto do presente Edital.

4.8. Providenciar no prazo de 05 (cinco) dias a correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

4.9. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

4.10. Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

#### **5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO**

5.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

6.1. O prazo para o início dos serviços contratados será de acordo com as datas abaixo, com vigência até 31 de dezembro de 2024.



6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser(em) entregue(s) no(s) endereço(s) indicado(s) oportunamente.

#### 6.4. Do Recebimento – Cronograma de Entrega

6.4.1. Cada UBG registrará o recebimento das cestas de acordo com os locais a serem informados oportunamente de consonância com as datas abaixo e reportará à fiscalização qualquer inconformidade.

Etapa	Data
Entrega das cestas nas UGBs	18, 19 e 20 de dezembro de 2024
Retirada do kit carne no estabelecimento	18 a 31 de dezembro de 2024

6.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

#### 7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do serviço licitado;

7.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.4.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.1.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7.2. São obrigações da Contratante:**



7.2.1. Fornecer todos os documentos necessários e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;

7.2.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nos valores, formas e prazos avençados;

7.2.3. A Secretaria Municipal de Governo promoverá a fiscalização da execução do objeto e terá toda competência para solicitar alterações ou modificações, desde que respeitados os limites do contrato;

7.2.4. Com a finalidade de gerir, fica a servidora pública municipal, Sra. Jessica Cavina Dias Saqueto, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº. 41.602.772-6 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 347.098.738-60, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

7.2.5. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr. Alípio José do Nascimento Graciano, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 40.182.334-9 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 355.343.428-70, designada a atuar na função de Fiscal do Contrato.

### **7.3. São obrigações da Contratada:**

7.3.1. Fornecer os produtos e serviços necessários e executá-los de acordo com as especificações técnicas constante do memorial descritivo e proposta, bem como demais condições contratuais avençadas, e ainda as constantes do edital de licitação;

7.3.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da própria aquisição dos equipamentos.;

7.3.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.4. Providenciar a troca dos produtos que foram entregues em desacordo com seus descritivos, impróprios para consumo por sua condição de transporte ou outro motivo que desfigurar sua qualidade e característica.

7.3.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

7.3.7. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

7.3.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

7.3.9. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extrajudicial;

7.3.10. O objeto da presente licitação somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

7.3.11. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

7.3.12. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento do Objeto:**

8.1.1. O pagamento será efetuado em sua totalidade após o recebimento dos respectivos itens, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

8.1.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

8.1.3. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

8.1.4. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

### **8.2. Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### 8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**.

### 9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 9.2.2. Habilitação jurídica

**9.2.2.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.2.2.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.2.2.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.2.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.2.2.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.2.2.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.2.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**9.2.2.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.2.2.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

9.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.2.4. Qualificação Econômico-Financeira**

9.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

#### **9.2.5. Qualificação Técnica**

9.2.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

9.2.5.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

9.2.5.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.2.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.2.5.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato



que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As dotações para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato:

02.01.00-04.122.0007.2010-3.3.90.30-8-MATERIAL DE CONSUMO  
02.01.00-04.122.0008.2011-3.3.90.30-17-MATERIAL DE CONSUMO  
02.01.00-04.122.0010.2013-3.3.90.30-25-MATERIAL DE CONSUMO  
02.01.00-04.124.0007.2075-3.3.90.30-34-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.121.0007.2063-3.3.90.30-44-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2065-3.3.90.30-54-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2066-3.3.90.30-64-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2067-3.3.90.30-75-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2068-3.3.90.30-83-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2069-3.3.90.30-91-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.122.0007.2070-3.3.90.30-99-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.125.0007.2064-3.3.90.30-108-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.126.0007.2071-3.3.90.30-117-MATERIAL DE CONSUMO  
02.02.00-04.128.0023.2072-3.3.90.30-131-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-04.122.0007.2014-3.3.90.30-143-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-04.122.0014.2017-3.3.90.30-151-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-15.451.0034.2022-3.3.90.30-175-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-04.122.0016.2023-3.3.90.30-159-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-15.451.0015.2019-3.3.90.30-167-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-15.452.0015.2018-3.3.90.30-185-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-15.452.0015.2021-3.3.90.30-194-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-18.541.0013.2020-3.3.90.30-207-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-18.541.0013.2024-3.3.90.30-214-MATERIAL DE CONSUMO  
02.03.00-20.608.0012.2015-3.3.90.30-222-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.306.0041.2129-3.3.90.30-238-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0021.2112-3.3.90.30-249-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0037.2148-3.3.90.30-262-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0046.2126-3.3.90.30-291-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0047.2121-3.3.90.30-298-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0047.2122-3.3.90.30-307-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0048.2119-3.3.90.30-315-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.361.0048.2120-3.3.90.30-324-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.362.0040.2135-3.3.90.30-336-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.364.0043.2127-3.3.90.30-359-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.365.0049.2113-3.3.90.30-365-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.365.0049.2114-3.3.90.30-373-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.365.0049.2115-3.3.90.30-380-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.365.0049.2116-3.3.90.30-388-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-12.365.0049.2117-3.3.90.30-404-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-13.392.0038.2144-3.3.90.30-416-MATERIAL DE CONSUMO  
02.04.00-27.812.0039.2141-3.3.90.30-426-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.241.0032.2092-3.3.90.30-473-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.241.0033.2087-3.3.90.30-485-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.242.0033.2088-3.3.90.30-473-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.243.0032.2093-3.3.90.30-505-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.243.0033.2089-3.3.90.30-516-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.244.0031.2086-3.3.90.30-534-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.244.0032.2094-3.3.90.30-549-MATERIAL DE CONSUMO  
02.06.00-08.244.0033.2091-3.3.90.30-565-MATERIAL DE CONSUMO  
02.07.00-08.122.0007.2077-3.3.90.30-571-MATERIAL DE CONSUMO  
02.07.00-08.243.0027.2078-3.3.90.30-580-MATERIAL DE CONSUMO  
02.07.00-08.244.0007.2151-3.3.90.30-583-MATERIAL DE CONSUMO



02.07.00-08.244.0028.2079-3.3.90.30 **593**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.07.00-08.244.0030.2082-3.3.90.30 **600**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.08.00-10.301.0017.2033-3.3.90.30 **634**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.08.00-10.302.0017.2027-3.3.90.30 **760**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.08.00-10.302.0017.2028-3.3.90.30 **769**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.08.00-10.302.0017.2031-3.3.90.30 **783**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-04.122.0002.2002-3.3.90.30 **830**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-08.244.0030.2082-3.3.90.30 **839**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-04.122.0004.2004-3.3.90.30 **847**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-04.122.0004.2006-3.3.90.30 **856**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-04.122.0007.2001-3.3.90.30 **864**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-06.183.0005.2007-3.3.90.30 **874**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-11.333.0004.2005-3.3.90.30 **879**-MATERIAL DE CONSUMO  
02.10.00-19.572.0004.2160-3.3.90.30 **889**-MATERIAL DE CONSUMO

Tarumã SP, 05 de novembro de 2024.

**Jessica Cavina Dias Saqueto**  
**Diretor de Política de Pessoal**  
**Membro do Comitê Gestor da Contratação**